

**Processo :** 205.993-9/2017  
**Origem :** PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
**Setor :**  
**Natureza :** PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO MUNICIPAL  
**Interessado :** PREFEITURA CANTAGALO  
**Observação :** REF EXERC 2016

**Senhor Coordenador-Geral,**

Trata o presente processo da Prestação de Contas de Governo do Município de **CANTAGALO**, relativa ao **exercício de 2016**, sendo Chefe do Poder Executivo o **Sr. Saulo Domingues Gouvea**.

No exame inicial dos autos, o Corpo Instrutivo sugeriu a emissão de Parecer Prévio Contrário à aprovação das Contas do Chefe do Poder Executivo, em face das irregularidades apontadas às fls. 1078/1078v, tendo o Douto Ministério Público Especial, em seu parecer de fls. 1083/1130, se posicionado parcialmente de acordo, acrescentando a irregularidade a seguir (fls. 1137/1137v do voto GA-2):

**IRREGULARIDADE N.º 03**

O município cancelou, sem justificativa apresentada neste processo, Restos a Pagar Processados no valor de R\$ 134.392,18, após a liquidação da despesa e a assunção da obrigação de pagar (art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64). A conduta atenta contra os princípios constitucionais da transparência, da impessoalidade e da moralidade administrativa (art. 37 da CRFB/88).

De acordo com o disposto no art. 123 do Regimento Interno e no art. 9º da Deliberação TCE-RJ n.º 199/96, foi publicada Pauta Especial no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, sendo aberto prazo para apresentação de razões de defesa pelo interessado.

Em atendimento aos termos da referida publicação, foi protocolada documentação que constituiu as razões de defesa do responsável pelas presentes contas, objeto do Doc. TCE-RJ nº 18.017-8/17 (fls. 1140/1408).

Desta forma, em sessão realizada em 17/08/2017, o E. Plenário desta Corte de Contas assim decidiu, nos termos do Relator Conselheiro-Substituto Marcelo Verdini Maia (fls. 1137/1138):

**VOTO:**

1- Pela **DILIGÊNCIA INTERNA** para que o Corpo Instrutivo, no prazo de 05 (cinco) dias, analise o conteúdo do documento **TCE-RJ nº 18.017-8/17**, procedendo ao reexame da prestação de contas do Governo Municipal de Cantagalo, relativa ao exercício de 2016, submetendo-a, após, ao Conselheiro Relator, ouvido previamente o Ministério Público Especial.

Em cumprimento à retrocitada decisão, efetua-se a seguir o exame da defesa, à luz da nova documentação ora apresentada.

**QUANTO ÀS IRREGULARIDADES**

**IRREGULARIDADE N.º 01**

*Deficit financeiro no montante de R\$1.039.374,33, ocorrido em 2016, término do mandato, indicando o não cumprimento do equilíbrio financeiro estabelecido no § 1º do artigo 1º da Lei Complementar Federal n.º 101/00.*

**Razões de Defesa:** o jurisdicionado argumenta, preliminarmente, que sempre teve como meta e objetivo principal “*fazer uma Administração Legalista*”, prezando a gestão pública, pelo que ficara frustrado ante o não alcance do equilíbrio financeiro pelo município ao fim de seu mandato. Assevera ter adotado medidas preventivas desde 2014, notadamente a partir do exercício financeiro de 2015, para adequação à queda das receitas no município, ocasionada pela crise econômica e política do país e agravada pelo descontrole orçamentário e econômico do Estado do Rio de Janeiro.

Nessa esteira, relata ter adotado medidas para compensar a frustração nas receitas provenientes de transferências constitucionais, exemplificando com a contratação, através de procedimento licitatório, de empresa especializada para a realização de cadastramento imobiliário e atualização da Planta Genérica de Valores, ressaltando que, após quase um ano de audiências públicas, fora encaminhado projeto de lei à Câmara Municipal, tendo aquela Casa Legislativa, no entanto, rejeitado o projeto em sua totalidade.

Aduz ainda que outro entrave na arrecadação municipal seria a queda, ano após ano, do Índice de Participação dos Municípios – IPM, tendo a administração municipal, graças a recurso impetrado junto à Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, obtido êxito em reajustar o índice para o exercício de 2017, que, ainda assim, estaria abaixo do relativo ao ano anterior, salientando que vem sendo realizado um acompanhamento sistemático pela Secretaria Municipal de Planejamento nesse tema. Ainda nesse diapasão, o ex-Prefeito do Município de Cantagalo, Sr. Saulo Domingues Gouvea, afirma que a administração municipal, mesmo não fazendo um contingenciamento oficial, realizou, dentro do possível, a adequação de suas despesas às receitas efetivamente arrecadadas, descrevendo, além da evolução da receita e da despesa nos últimos anos, em termos reais e nominais (fls. 1147 e 1165/1177), medidas como cortes nas despesas com a coleta e tratamento do lixo urbano, na realização de eventos festivos, nas despesas com cargos comissionados, restrição de pagamento de férias, licenças e horas extras, pelo que assevera ter conseguido reduzir substancialmente o déficit financeiro no exercício de 2016 (fls. 1147).

Por fim, o defendente traz à baila as dificuldades enfrentadas pela administração municipal nas áreas da Educação e Saúde, relatando problemas nos atuais modelos de financiamento da Educação Básica e de organização dos serviços de Saúde, sobretudo no tocante à atuação sistêmica dos Entes Federativos, pugnando, em razão de todo o exposto, que seja relevada a irregularidade.

**Análise:** ante os argumentos apresentados pelo defendente, notadamente quanto às medidas adotadas frente à queda na arrecadação do município, observa-se que, em que pese o esforço do ex-Chefe do Executivo na tentativa de adequação das despesas às receitas efetivamente arrecadadas, com ações voltadas, ainda, à busca da incrementação destas receitas, observa-se que tais medidas não se mostraram profícuas, o que pode ser depreendido da evolução do resultado financeiro do município desde o exercício de 2013, início da gestão que ora se encerra, tendo sido alcançada a redução no déficit apenas no exercício de 2016, porém, ainda assim, insuficiente para o equilíbrio financeiro almejado (fls. 1431).

Vale ressaltar que a crise econômica e financeira instalada no país e sobretudo no Estado do Rio de Janeiro, não exime, por si só, a situação de desequilíbrio financeiro no Município de Cantagalo, visto que a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/00) preconiza mecanismos especiais de ajuste a limites e condições em tempos de recessão econômica, com pressupostos ainda na ação planejada das autoridades (art. 1º, § 1º) e na responsabilidade na gestão fiscal, razão pela qual a irregularidade deve ser mantida. Salienta-se, por fim, que o déficit financeiro de 2016 fora recalculado, em virtude das razões de defesa apresentadas frente à “Irregularidade nº 3”, como será tratado adiante.

#### **IRREGULARIDADE N.º 02**

Não cumprimento dos ditames do artigo 42 da Lei Complementar Federal n.º 101/00, que veda, nos dois últimos quadrimestres do mandato, a assunção de obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito. Conforme os dados do presente relatório, foi apurada, em 31/12/2016, uma insuficiência de caixa no montante de R\$1.039.374,33.

**Razões de Defesa:** o ex-Prefeito do Município de Cantagalo traz em suas razões de defesa, a priori, novos valores, que teriam sido retificados pelo município através do “Módulo Término de Mandato” no Sistema Integrado de Gestão Fiscal – SIGFIS deste Tribunal, cenário em que, segundo o jurisdicionado, teria restado ainda um saldo de R\$ 6.150,32, o que estaria em desacordo com os ditames do artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

Assevera que tal valor correspondia “à fonte de recursos ordinários relativos a impostos e transferência de impostos, cujo saldo apurado no final do exercício foi de R\$774.969,20, só na Prefeitura, conforme pode ser verificado no Inciso 4 da Deliberação 248”, pelo que imputa a uma falha operacional o descumprimento da LRF, vez que supostamente poderia ter quitado o saldo de R\$ 6.150,32 com os recursos que tinha em caixa.

Por fim, com as devidas escusas, salienta ser imaterial o saldo aventado, rogando seja desconsiderada a irregularidade.

**Análise:** embora tenha havido retificação nos dados do “Módulo Término de Mandato” no Sistema Integrado de Gestão Fiscal – SIGFIS, observa-se que subsiste a diferença entre os restos a pagar declarados pelo município através do SIGFIS e os evidenciados nos demonstrativos contábeis, conforme será minuciosamente tratado adiante, em reanálise da avaliação final do artigo 42 da LRF (análise das razões de defesa frente à Irregularidade nº 3), não havendo alteração de valores, portanto, na composição das obrigações de despesas contraídas.

Ademais, imperioso salientar que o saldo de R\$ 6.150,32 refere-se tão somente aos restos a pagar emitidos a partir de 01/05/2016, considerados como “obrigações contraídas” para fins do art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, e não à insuficiência de caixa a ensejar o descumprimento do ditame legal, como vislumbrado pelo jurisdicionado, pois que, considerando-se

apenas as disponibilidades financeiras e os encargos e despesas compromissadas a pagar, em 31/12/2016, ou seja, ainda sem as “obrigações contraídas”, o município já não apresentava disponibilidade de caixa (saldo negativo de R\$ 328.645,27), quadro agravado com as obrigações de despesas contraídas, no valor de R\$ 576.336,88, gerando uma insuficiência de caixa de R\$ 904.982,15, não procedendo a alegação, portanto, de que o saldo de R\$ 6.150,32 poderia ter sido quitado com a disponibilidade em caixa na fonte de recursos “impostos e transferências de impostos”. Assim, entende-se que a irregularidade deva ser mantida.

**IRREGULARIDADE N.º 03 (Ministério Público Especial)**

O município cancelou, sem justificativa apresentada neste processo, Restos a Pagar Processados no valor de R\$ 134.392,18, após a liquidação da despesa e a assunção da obrigação de pagar (art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64). A conduta atenta contra os princípios constitucionais da transparência, da impessoalidade e da moralidade administrativa (art. 37 da CRFB/88).

**Razões de Defesa:** o defendente argumenta que não agiu com dolo ou má fé, salientando que tais medidas foram adotadas, tardiamente em alguns casos, visto que os restos a pagar estavam inscritos desde 2009, alguns já prescritos, e que tais valores nunca foram cobrados ou questionados pelos respectivos credores, em razão de não serem passíveis de pagamento, por motivos vários, pelo que junta documentação comprobatória (1191/1357).

**Análise:** compulsando a documentação apresentada pelo jurisdicionado, observa-se que os cancelamentos referem-se, de fato, a dívidas prescritas ou valores não passíveis de reclamação por parte de credores, tais como empenhos liquidados indevidamente em duplicidade e valores lançados erroneamente no sistema contábil, sendo anexadas aos autos as respectivas “notas de cancelamento de restos a pagar” (fls. 1195/1357).

Desta forma, entende-se que assiste razão ao jurisdicionado, sendo saneada a irregularidade, pelo que se procederá à nova análise do **resultado do superavit/deficit financeiro**, bem como das obrigações contraídas em final de mandato – artigo 42 da LRF.

## **RESULTADO DO SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO**

A seguir, demonstra-se o resultado do **superavit/deficit financeiro**, à luz das razões de defesa e documentação ora apresentadas:

<b>APURAÇÃO DO SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO</b>					
<b>Descrição</b>	<b>Consolidado (A)</b>	<b>Regime Próprio de Previdência (B)</b>	<b>Câmara Municipal (C)</b>	<b>Convênios (D)</b>	<b>Valor considerado E = A-B-C-D</b>
Ativo financeiro	10.932.202,45	7.373.308,72	4.830,00	459.484,98	3.094.578,75
Passivo financeiro	4.825.452,51	349.509,34	4.830,00	471.552,27	3.999.560,90
<b>Deficit Financeiro</b>	<b>6.106.749,94</b>	<b>7.023.799,38</b>	<b>0,00</b>	<b>-12.067,29</b>	<b>-904.982,15</b>

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado, fls. 912/917, Balanço Patrimonial do RPPS, fls. 420/424 e Balanço Patrimonial da Câmara, fls. 279/281, Relatório de Convênio extraído do Sigfis – fls. 979/980.

Importa destacar que o **deficit** ora apurado reflete apenas o resultado do superavit/deficit financeiro alcançado ao final da gestão, não estando contempladas as demais obrigações contraídas que serão objeto de análise no tópico próprio denominado **“OBRIGAÇÕES CONTRAÍDAS EM FINAL DE MANDATO – ARTIGO 42 DA LRF”**.

Conclui-se, assim, que o município de Cantagalo **não alcançou o equilíbrio financeiro** no final do mandato, não sendo observado o disposto no §1º do artigo 1º da Lei Complementar Federal n.º 101/00.

Este item está sendo tratado no presente relatório como a **Irregularidade e Determinação n.º 1**.

Faz-se ainda necessário emitir um **alerta** ao atual gestor para que tome ciência do *deficit* financeiro apurado e de que, persistindo a situação de desequilíbrio financeiro até o final de seu mandato, poderá este Tribunal se pronunciar nos próximos exercícios pela emissão de parecer prévio contrário à aprovação de suas contas. Desta forma, deverá o gestor elaborar seu planejamento de modo a estabelecer metas de resultado de receitas e despesas que remetam ao equilíbrio financeiro preconizado pela LRF, de forma a não prejudicar futuros gestores.

Adiante, apresenta-se a evolução do resultado do superavit/deficit financeiro do município desde o exercício de 2012:

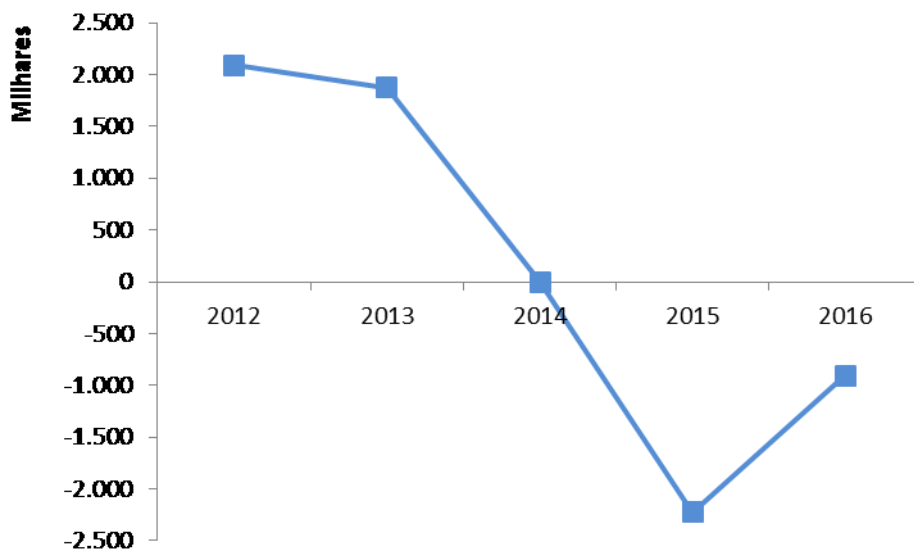
EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS				
Gestão anterior	Gestão atual			
2012	2013	2014	2015	2016
2.092.138,91	1.875.350,95	0,00	-2.226.037,64	-904.982,15

Fonte: prestação de contas de governo de 2015 – processo TCE-RJ n.º 215.862-4/16 e quadro anterior.

**Nota:** o resultado financeiro do exercício de 2014 não pôde ser apurado, em razão da não consolidação dos demonstrativos contábeis (vide prestação de contas de governo de 2014, processo TCE-RJ n.º 214.024-5/15).

O gráfico a seguir reflete a evolução do resultado do município, no qual se verifica uma redução do *deficit* financeiro na ordem de 59,34% em relação ao do exercício anterior.





### OBRIGAÇÕES CONTRAÍDAS EM FINAL DE MANDATO ARTIGO 42 DA LRF

#### RESTOS A PAGAR DE EMPENHOS EMITIDOS APÓS 01/05/16

Foram apresentados os restos a pagar de empenhos efetuados após 01/05/2016, informados pelo município por meio do Sistema SIGFIS/Del.248 deste Tribunal (após retificação).

Em análise a esta tabela foi verificado o preenchimento dos campos, conforme destacado na mesma.

Foi apresentado, na Planilha retificada: “Restos a Pagar de Empenhos Emitidos a partir de 01/05/2016” (fls. 1410/1424), o valor total inscrito em RP Processados de R\$ 1.455.809,83, em RP Não Processados foram inscritos R\$ 1.141.831,27, e o montante de R\$ 6.150,32 deveria ser considerado no cômputo do “total das obrigações contraídas” na avaliação final do art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal (fls. 1409).

Entretanto, verifica-se que no exercício de 2016 foram inscritos restos a pagar no total de R\$ 3.598.888,16, conforme Balanço Financeiro Consolidado às fls.

190/193. Considerando-se que, deste montante, R\$ 2.597.641,10 sejam de empenhos emitidos a partir de 01/05/2016, conforme relatório citado no parágrafo precedente (R\$ 1.455.809,83 + R\$ 1.141.831,27), restaria ainda o valor de R\$ 1.001.247,06 de restos a pagar contabilmente inscritos em 2016.

Deste total, conforme consta das informações referentes aos “Encargos e Despesas Compromissadas a Pagar”, após retificação (fls. 1425), o município declara restos a pagar no montante de R\$ 431.060,50, de empenhos emitidos até 30/04/2016. Inferindo-se, na forma menos gravosa ao Chefe do Executivo local, que todos esses restos a pagar sejam de empenhos emitidos entre 01/01/2016 e 30/04/2016 (ou seja, desconsiderando eventual saldo de empenhos emitidos e inscritos em restos a pagar até 31/12/2015), restaria ainda o montante de R\$ 570.186,56 (R\$ 1.001.247,06 – R\$ 431.060,50), referente a RP inscritos no exercício de 2016, registrado contabilmente pelo município, porém não declarado no relatório por meio do Sistema SIGFIS/Del.248, conforme a seguir discriminado:

R\$

A - RP INSCRITOS ATÉ 30/04/2016 – SIGFIS/DEL. 248 – após retificação (fls. 1425)	431.060,50
B - RP INSCRITOS A PARTIR DE 01/05/2016 – NÃO CONSIDERADOS PARA FINS DO ART. 42 DA LRF - SIGFIS/DEL. 248 - após retificação (fls. 1425)	2.591.490,78
C - RP EMITIDOS A PARTIR DE 01/05/2016 – CONSIDERADOS PARA FINS DO ART. 42 DA LRF - SIGFIS/DEL. 248 – após retificação (fls. 1409)	<b>6.150,32</b>
D - TOTAL RP INSCRITOS EM 2016 – SIGFIS DEL. 248 (A+B+C)	3.028.701,60
E - RP INSCRITOS EM 2016 – BALANÇO FINANCEIRO (E)	3.598.888,16
<b>DIFERENÇA (E-D)</b>	<b>570.186,56</b>

Imperioso, portanto, que seja ajustado o “total das obrigações contraídas” na avaliação final do art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo computado, além do valor declarado pelo município (R\$ 6.150,32), o montante da diferença apontada (R\$ 570.186,56), totalizando R\$ 576.336,88.

## **AVALIAÇÃO DO ART. 42**

Neste tópico será promovida a verificação da consonância das disponibilidades financeiras e dos Encargos e Despesas Compromissadas a Pagar registradas nos dados obtidos pelo Sistema SIGFIS/Del.248, após a retificação, com os dados contábeis.

Tal comparação visa resguardar a real capacidade de pagamento apresentada pelo município, bem como seu endividamento de curto prazo, evitando-se distorções por ausência de registros no Sistema SIGFIS/Del. 248.

### **Das Disponibilidades Financeiras**

Demonstra-se, a seguir, o confronto entre os valores das disponibilidades financeiras registradas no demonstrativo contábil – Balanço Patrimonial e os dados lançados pelo município no Sistema SIGFIS/Del.248, após a retificação:

<b>DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS EM 31/12/2016 - QUADRO I</b>	
<b>Natureza</b>	<b>Valor - R\$</b>
(A) Saldo do Balanço Patrimonial Consolidado	10.932.202,45
(B) Regime Próprio de Previdência	7.373.308,72
(C) Câmara Municipal	4.830,00
(D) Convênios (conforme dados do Sistema SIGFIS/Del.248)	459.484,98
<b>(E) Total das Disponibilidades registradas pela Contabilidade Ajustada (A-B-C-D)</b>	<b>3.094.578,75</b>
(F) Total das Disponibilidades registradas no SIGFIS-Del. 248 (dados retificados - fls. 1426)	2.757.215,75
<b>(G) Diferença (E-F)</b>	<b>337.363,00</b>

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado, fls. 912/917, Balanço Patrimonial da Câmara, fls. 279/281, Balanço Patrimonial do Instituto de Previdência, fls. 420/424, Relatório de Disponibilidades de Convênios extraído do SIGFIS (os saldos de convênios são excluídos pela Del. 248), fls. 979/980 e Planilha do SIGFIS/Del.248 fls. 1426

Observa-se uma divergência entre o valor total das disponibilidades financeiras registradas pela contabilidade e o evidenciado no Sistema SIGFIS/Del. 248. Dessa forma, será utilizado em nossa análise o valor apurado *ajustado* com base nos dados da contabilidade da Prefeitura Municipal – R\$ 3.094.578,75,

uma vez que se optou pela utilização, sempre que possível, das informações contábeis como base principal para análise dos resultados apurados nas Prestações de Contas.

A divergência no montante de R\$ 337.363,00, apresentada entre o valor das disponibilidades financeiras registradas pela contabilidade e o evidenciado no Sistema SIGFIS/Del.248 está sendo tratada na **Impropriedade e Determinação n.º 7**.

### Dos Encargos e Despesas Compromissadas a pagar

Quanto aos encargos e despesas compromissadas a pagar, efetuamos a comparação entre os valores registrados no demonstrativo contábil – Balanço Patrimonial e os dados lançados pelo município no Sistema SIGFIS/Del.248, após a retificação, a saber:

ENCARGOS E DESPESAS COMPROMISSADAS A PAGAR EM 31/12/2016 - QUADRO II	
Natureza	Valor - R\$
(A) Saldo do Balanço Patrimonial Consolidado	4.825.452,51
(B) Regime Próprio de Previdência	349.509,34
(C) Câmara Municipal	4.830,00
(D) Convênios (conforme dados do Sistema SIGFIS/Del.248)	471.552,27
(E) Restos a Pagar a Partir de 01/05/2016	576.336,88
<b>(F) Total dos Encargos e Despesas Compromissadas a Pagar registradas pela Contabilidade Ajustado (A-B-C-D-E)</b>	<b>3.423.224,02</b>
(G) Total dos Encargos e Despesas Compromissados a Pagar registradas no SIGFIS-Del. 248 (dados retificados – fls. 1425)	3.239.686,43
<b>(H) Diferença (F-G)</b>	<b>183.537,59</b>

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado, fls. 912/917, Balanço Patrimonial da Câmara, fls. 279/281, Balanço Patrimonial do Instituto de Previdência, fls. 420/424, Relatório de Passivos de Convênios extraído do SIGFIS (os saldos de convênios são excluídos pela Del. 248), fls. 979/980 e Planilha do SIGFIS/Del.248 de Restos a Pagar a Partir de 01/05/16 e de Encargos de Despesas Compromissadas a Pagar, fls. 1410/1424 e 1425.

**Nota (linha E):** refere-se ao valor declarado pelo município (R\$ 6.150,32), acrescido do ajuste de R\$ 570.186,56, proveniente da divergência entre os registros contábeis e os dados lançados no SIGFIS/Del. 248.

Como demonstrado, apurou-se divergência entre os encargos e despesas compromissadas a pagar registrados pela contabilidade e as evidenciadas no

Sistema SIGFIS/Del.248. Dessa forma, será utilizado em nossa análise o valor apurado *ajustado* com base nos dados da contabilidade da Prefeitura Municipal – R\$ 3.423.224,02, uma vez que se optou pela utilização, sempre que possível, das informações contábeis como base principal para análise dos resultados apurados nas Prestações de Contas.

A divergência no montante de R\$ 183.537,59, apresentada entre o valor dos encargos e despesas compromissadas a pagar registrados pela contabilidade e o evidenciado no Sistema SIGFIS/Del.248, está sendo tratada na **Impropriedade e Determinação n.º 8**.

Assim, com base nos demonstrativos contábeis e nos dados apresentados no Sistema SIGFIS/Del.248, na planilha de fls. 1426, que apresenta o resumo da avaliação de todos os dados considerados na análise do estabelecido artigo 42 da LRF, apurou-se o seguinte resultado:

Total das Disponibilidades Financeiras em 31/12/2016 (A)	Total dos Encargos e das Despesas Compromissadas a Pagar em 31/12/2016 (B)	Disponibilidade de Caixa 31/12/2016 C = (A-B)
3.094.578,75	3.423.224,02	-328.645,27

Total das Disponibilidades de Caixa em 31/12/2016 (C)	Total das Obrigações de Despesas Contraídas (D)	Insuficiência de Caixa - 31/12/2016 – Art. 42 LRF E = (C-D)
-328.645,27	576.336,88	-904.982,15

**Fonte:** item (A) Disponibilidades Financeiras Apuradas - Quadro I, item (B) Encargos e Despesas a Pagar Apurados – Quadro II, item (D) Planilha de avaliação final do artigo 42, fls. 1426.

**NOTA:** composição dos valores do item "D"

Descrição	Valor - R\$	Valor Total - R\$	Planilhas Del. 248
Total das Obrigações de Despesas Contraídas		576.336,88	Todas as Planilhas constam da mídia/CD em anexo (fls. 1012) e dados retificados, fls. 1406/1426
Contratos Formalizados a partir de 01/05	0,00	576.336,88	
Restos a Pagar a partir de 01/05/16, considerados como despesas para efeito do artigo 42	576.336,88		
Despesas Não Inscritas em Restos a Pagar	0,00		
Dívidas Reconhecidas	0,00		

O total dos restos a pagar a partir de 01/05/2016, considerados como despesas para efeito do artigo 42, refere-se ao valor declarado pelo município (R\$ 6.150,32), acrescido do ajuste de R\$ 570.186,56, proveniente da divergência entre os registros contábeis e os dados lançados no SIGFIS/Del. 248.

O demonstrativo acima evidencia que **não houve a observância** do estabelecido no artigo 42 da Lei Complementar Federal n.º 101/00 pelo Poder Executivo.

Este fato está sendo tratado na **Irregularidade e Determinação n.º 2**.

Ressalte-se que o descumprimento do artigo 42 da LRF poderá caracterizar crime contra as finanças públicas, tipificado no artigo 369-C do Código Penal (Decreto-lei n.º 2.848/1940), com a redação dada pelo artigo 2º da Lei Federal nº 10.028/2000. Dessa forma, será sugerido, ao final deste relatório, expedição

de ofício ao Ministério Público Estadual para adoção das medidas que entender cabíveis.

## **QUANTO ÀS IMPROPRIEDADES**

### **IMPROPRIEDADE N.º 01**

Não cumprimento das metas de resultado nominal e de dívida consolidada líquida, estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, desrespeitando a exigência do inciso I do artigo 59 da Lei Complementar Federal n.º 101/00.

**Razões de Defesa:** o defendente discorre, em linhas gerais, acerca dos conceitos de resultados primário e nominal, bem como de dívida pública, sintetizando, ao término, com a alegação de que o município economizara R\$ 1.384.080,10 no exercício, aduzindo ser este o resultado nominal, para “*honrar uma “Dívida Consolidada Líquida” de –R\$1.354.193,60*”, pelo que pugna ser insignificante o não cumprimento das metas estabelecidas, ao argumento de que não existe dívida negativa, sendo esta, na verdade, igual a zero, nos termos da 7ª edição do Manual dos Demonstrativos Fiscais – MDF.

**Análise:** observa-se que não assiste razão ao defendente, uma vez que o valor de R\$ 1.384.080,10 refere-se ao resultado primário, cuja meta estabelecida fora alcançada, restando inalcançadas as metas de resultado nominal e dívida consolidada líquida. Cabe ressaltar que tal análise foi baseada nas metas estabelecidas pelo próprio município na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

### **IMPROPRIEDADE N.º 02**

Ocorrência de cancelamentos de restos a pagar processados no valor de R\$ 134.392,18, conforme registrado no Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados do Balanço Orçamentário Consolidado, cuja obrigação já fora cumprida pelo credor, não observando o seu direito adquirido, conforme previsto no artigo 63 da Lei Federal n.º 4.320/64.

**Razões de Defesa e Análise:** conforme “Irregularidade n.º 03 – Ministério Público Especial”, às fls. 1429v/1430.

### **IMPROPRIEDADE N.º 03**

Ausência de equilíbrio financeiro do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos, uma vez que foi constatado um *déficit* previdenciário de R\$373.970,40, em desacordo com a Lei Federal n.º 9.717/98.

**Razões de Defesa:** o defendente alude tão somente ao Ofício IPAM n.º 170/2017, de 09/08/2017, do Instituto de Pensão e Aposentadoria Municipal (fls. 1359/1367).

**Análise:** observa-se que o expediente administrativo em voga, subscrito pela Diretora Presidente do Instituto, menciona a sanção da Lei Municipal n.º 978, de 17/05/2010, que efetuou a segregação de massa dos segurados, como medida saneadora implementada a fim de promover o equilíbrio financeiro do RPPS do município.

Embora a referida lei tenha instituído dois planos de contabilidade distinta, Plano Previdenciário e Plano Financeiro, a análise se pautou nos demonstrativos do Instituto de Pensão e Aposentadoria Municipal apresentados, não sendo possível aferir tal distinção, restando evidenciado o



déficit da ordem de R\$ 373.970,40 na execução orçamentária do RPPS, pelo que se entende deva ser mantida a impropriedade.

#### **IMPROPRIEDADE N.º 04**

O Poder Executivo ultrapassou o limite da despesa com pessoal no 1º semestre de 2016, deixando de reduzir o percentual excedente em, no mínimo, um terço nos dois quadrimestres seguintes, em desacordo com o artigo 23 c/c artigo 66 da Lei Complementar Federal n.º 101/00.

**Razões de Defesa:** o defendente afirma que o descumprimento do limite das despesas com pessoal ocorreu devido a sucessivas quedas na arrecadação municipal, o que compromete a relação “% Despesa Pessoal x RCL”, a despeito de todas as medidas de redução de pessoal que a LRF preconiza, as quais alega ter adotado (fls. 1156/1157). Relata, ademais, que foram realizados ajustes administrativos significativos no decorrer dos exercícios de 2013 a 2016, tais como *“Redução no pagamento de horas-extras, não nomeação de cargos comissionados e concessão de gratificações, redução de mais de 20%, e, ainda economizamos com a não renovação de contratos por prazo determinado...”*.

Aduz, por derradeiro, que o prazo de enquadramento ao limite legal das despesas com pessoal foi aumentado, com base no artigo 66 da LRF, tendo o município, dessa forma, até outubro de 2017 para realizá-lo, concluindo sob o argumento de que tal evento de fato ocorrera no mês de abril de 2017, restando em 52,73% a relação Despesa com Pessoal x RCL ao fechamento do 1º semestre de 2017 (fls. 1157 e 1369/1371).

**Análise:** das alegações aduzidas pelo defendente, depreende-se que deve ser mantida a impropriedade, vez que, embora a despesa total com pessoal tenha sido reenquadrada ao limite legal no prazo estabelecido, não foi observada a forma preconizada no artigo 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal, qual seja a de ter eliminado pelo menos um terço desse percentual nos dois quadrimestres seguintes ao da extrapolação do limite, ou seja, até o 3º quadrimestre de 2016.

### **IMPROPRIEDADE N.º 05**

Quanto ao encaminhamento das informações sobre os gastos com **educação e saúde**, para fins de limite constitucional, utilizando como recurso a fonte “ordinários”.

**Razões de Defesa:** o ex-chefe do Executivo municipal de Cantagalo esclarece que a fonte de recursos “ordinários” é registrada há mais de 30 anos na contabilidade municipal como “FONTE – 00” e que representaria somente os recursos oriundos de impostos e transferências de impostos utilizados na aplicação de gastos com Saúde e Educação, anexando a relação de fontes de recursos da municipalidade (fls. 1373/1374).

**Análise:** observa-se que as alegações apresentadas não devem prosperar, pois a fonte de recursos “00 - ordinários” utilizada pelo município abarca, além de impostos e transferências de impostos utilizados na aplicação de gastos com Saúde e Educação, todos os demais recursos de arrecadação própria do município, como taxas e outros tributos, por exemplo, devendo ser mantida, portanto, a impropriedade.

### **IMPROPRIEDADE N.º 06**

O valor do *deficit* financeiro para o exercício de **2017** apurado na presente prestação de contas (R\$178.232,11) é superior ao registrado pelo município no balancete do Fundeb (R\$74.642,50), resultando numa diferença de R\$103.589,61.

**Razões de Defesa:** o defendente alega que o déficit de 2015, no valor de R\$ 209.790,05, seria o saldo para pagamento de restos a pagar do FUNDEB, vislumbrando assim um equilíbrio financeiro do aludido fundo naquele exercício. Aduz que, no exercício de 2016, foram constatadas despesas no montante de R\$ 121.335,37 que não seriam pagas, vez que o respectivo saldo

de restos a pagar fora cancelado, o que teria gerado uma retirada da conta do FUNDEB, restando o saldo disponível de R\$ 142.021,65, o qual, deduzido dos restos a pagar (R\$ 193.059,60) e consignações a pagar (R\$23.604,55), resultaria no déficit apurado de R\$ 74.642,50.

Ressalta, por fim, que tal valor já fora ressarcido à conta do Fundeb (comprovante às fls. 1377).

**Análise:** observa-se que não assiste razão ao defendente, sobretudo no que toca ao vislumbrado equilíbrio financeiro do fundo ao término do exercício de 2015, vez que o déficit registrado no balancete daquele exercício (R\$ 209.789,99) representa despesas empenhadas à conta do Fundeb sem a respectiva disponibilidade financeira, devendo tais despesas ser honradas, portanto, somente no exercício de 2016. No que concerne ao cancelamento de restos a pagar no montante de R\$ 121.335,37, imperioso salientar que tal valor foi considerado no cálculo do resultado financeiro, conforme exposto às fls. 1062v.

Vale registrar que o ressarcimento à conta do Fundeb no exercício de 2017, no valor de R\$ 74.642,50 (fls. 1377), não elide a impropriedade em tela e o mérito de seu impacto na movimentação financeira do fundo será analisado nas contas de governo do município referentes a 2017.

Assim, subsistindo a diferença apontada entre o déficit financeiro para o exercício de 2017 apurado (R\$178.232,11) e o registrado pelo município no balancete do Fundeb (R\$74.642,50), entende-se deva ser mantida a impropriedade.

#### **IMPROPRIEDADE N.º 07**

Detectamos a divergência no valor de R\$337.363,00, entre as disponibilidades financeiras registradas pela contabilidade (R\$3.094.578,75) e as evidenciadas no Sigfis/Deliberação TCE-RJ n.º 248/08 (R\$2.757.215,75).

**Razões de Defesa:** o defendente entende que tal divergência foi solucionada com a retificação dos dados, reenviados a esta Corte através do “Módulo Término de Mandato” no Sistema Integrado de Gestão Fiscal – SIGFIS.

**Análise:** conforme documentação acostada às fls. 1426, extraída do “Módulo Término de Mandato” no Sistema Integrado de Gestão Fiscal – SIGFIS, após a aludida retificação, verifica-se que as alegações não devem prosperar, pois que subsistem diferenças entre os valores declarados pelo município no SIGFIS e os registrados pela contabilidade, mantendo-se em R\$337.363,00 a diferença entre as disponibilidades financeiras registradas pela contabilidade (R\$3.094.578,75) e as evidenciadas no Sigfis/Deliberação TCE-RJ n.º 248/08 (R\$2.757.215,75).

#### **IMPROPRIEDADE N.º 08**

Detectamos a divergência no valor de R\$317.929,77, entre os encargos e despesas compromissadas a pagar registrados pela contabilidade (R\$3.466.914,42) e as evidenciadas no Sigfis/Deliberação TCE-RJ n.º 248/08 (R\$3.148.984,65).

**Razões de Defesa:** assim como na Improriedade nº 7, o defendente entende que tal divergência foi solucionada com a retificação dos dados, reenviados a esta Corte através do “Módulo Término de Mandato” no Sistema Integrado de Gestão Fiscal – SIGFIS.

**Análise:** conforme documentação acostada às fls. 1425 e 1426, extraída do “Módulo Término de Mandato” no Sistema Integrado de Gestão Fiscal –

SIGFIS, verifica-se que as alegações não devem prosperar, pois que subsistem diferenças entre os valores declarados pelo município no SIGFIS e os registrados pela contabilidade, sendo que, após a retificação dos dados e alteração do passivo financeiro consolidado em virtude das razões de defesa apresentadas frente à Irregularidade nº 3, os encargos e despesas compromissadas a pagar evidenciados no Sigfis/Deliberação TCE-RJ n.º 248/08 (R\$3.239.686,43) divergem dos registrados pela contabilidade (R\$3.423.224,02) em R\$ 183.537,59.

**IMPROPRIEDADE N.º 08 (Ministério Público Especial – fls. 1126)**

Existência de sistema de tributação deficiente, que prejudica a efetiva arrecadação dos tributos instituídos pelo município, contrariando a norma do art. 11 da LRF.

**Razões de Defesa:** o ex-Prefeito do Município de Cantagalo informa que, por indicação desta Corte, foi criada no orçamento do município uma rubrica própria para a “Manutenção e Operacionalização da Administração Tributária do Município”, a qual representa cerca de 35% do orçamento da respectiva Pasta.

Argumenta ainda que foram contratados mais fiscais de tributos, através de concurso público, e ainda uma empresa especializada, através de procedimento licitatório, para realizar um cadastramento imobiliário e atualizar a Planta Genérica de Valores, que não é atualizada desde 1977, salientando, todavia, que tal iniciativa restou infrutífera perante a rejeição de projeto de lei na Câmara municipal, conforme já relatado nas razões de defesa da “Irregularidade nº 01”.

Em desfecho, o defendente ostenta que, atendendo a determinação deste Tribunal, através dos Processos TCE/RJ nº 218.990-6/15 e nº 215.863-4/14, foram pactuados procedimentos a serem adotados pelo município, cujos

Planos de Ações foram juntados aos autos às fls. 1380/1408, resignando-se de que estejam sendo postos em prática pela atual administração.

**Análise:** não obstante as medidas implementadas pelo município, conforme argumenta o defendente, a pífia arrecadação da dívida tributária, e ainda a baixa participação das receitas próprias em relação à receita total, denotam deficiências no sistema de tributação. Ademais, os Planos de Ação pactuados em processos desta Corte oriundos de Relatório de Auditoria Governamental - Processo TCE/RJ nº 218.990-6/15 (condições de organização e funcionamento do controle dos impostos imobiliários municipais – IPTU e ITBI) e Processo TCE/RJ nº 215.863-4/14 (condições de organização e funcionamento do controle do imposto sobre serviço de qualquer natureza – ISS), a despeito de tramitação e relacionamento de mérito independentes, ratificam as condições inadequadas do sistema municipal de arrecadação de tributos, pelo que deve ser mantida a impropriedade.

### PARECER PRÉVIO

Diante do exposto e,

Considerando, com fulcro no artigo 125, incisos I e II, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, que é de competência desta Corte de Contas emitir parecer prévio sobre as contas dos municípios para a final apreciação da Câmara;

Considerando que o parecer prévio deve refletir a análise técnica das contas examinadas, ficando o julgamento das mesmas sujeito às Câmaras Municipais;

Considerando que, nos termos da legislação em vigor, o parecer prévio do Tribunal de Contas e o subsequente julgamento pela Câmara dos Vereadores não exime a responsabilidade dos ordenadores e ratificadores de despesas, bem como de pessoas que arrecadaram e geriram dinheiro, valores e bens

municipais, ou pelos quais seja o município responsável, cujos processos pendem de exame por esta Corte de Contas;

Considerando que a Lei Complementar Federal n.º 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal) impõe a adoção de medidas de caráter contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial para a administração pública, direta, autárquica e fundacional, e para as empresas dependentes de recursos do Tesouro dos municípios jurisdicionados;

Considerando que o gestor não alcançou o equilíbrio financeiro ao final da gestão, visando ao atendimento ao § 1º do artigo 1º da Lei Complementar Federal n.º 101/00;

Considerando que o Poder Executivo não cumpriu o disposto no artigo 42 da Lei Complementar Federal n.º 101/00;

#### **SUGERE-SE:**

I – Emissão de **PARECER PRÉVIO CONTRÁRIO** à aprovação das contas do chefe do Poder Executivo do município de **Cantagalo, Sr. SAULO DOMINGUES GOUVEA**, referentes ao exercício de 2016, em face das **IRREGULARIDADES** e **IMPROPRIEDADES** a seguir elencadas, com as **DETERMINAÇÕES** e **RECOMENDAÇÕES** correspondentes:

#### **IRREGULARIDADES**

##### **IRREGULARIDADE N.º 1**

*Deficit* financeiro no montante de R\$904.982,15, ocorrido em 2016, término do mandato, indicando o não cumprimento do equilíbrio financeiro estabelecido no § 1º do artigo 1º da Lei Complementar Federal n.º 101/00.

---

### **DETERMINAÇÃO N.º 1**

Observe o equilíbrio financeiro das contas municipais, em cumprimento ao disposto no § 1º do artigo 1º da Lei Complementar Federal n.º 101/00.

### **IRREGULARIDADE N.º 2**

Não cumprimento dos ditames do artigo 42 da Lei Complementar Federal n.º 101/00, que veda, nos dois últimos quadrimestres do mandato, a assunção de obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito. Conforme os dados do presente relatório, foi apurada, em [31/12/2016](#), uma insuficiência de caixa no montante de R\$904.982,15.

### **DETERMINAÇÃO N.º 2**

Adotar as necessárias providências no sentido de atender ao disposto no artigo 42 da Lei Complementar Federal n.º 101/00 ao final da gestão.

## **IMPROPRIEDADES E DETERMINAÇÕES**

### **IMPROPRIEDADE N.º 1**

Não cumprimento das metas de resultado nominal e de dívida consolidada líquida, estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, desrespeitando a exigência do inciso I do artigo 59 da Lei Complementar Federal n.º 101/00.

### **DETERMINAÇÃO N.º 1**

Aprimorar o planejamento, de forma a cumprir as metas previstas no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias, em face do que estabelece o inciso I do artigo 59 da Lei Complementar Federal n.º 101/00.



---

## **IMPROPRIEDADE N.º 2**

***Saneada.***

## **IMPROPRIEDADE N.º 3**

Ausência de equilíbrio financeiro do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos, uma vez que foi constatado um *déficit* previdenciário de R\$373.970,40, em desacordo com a Lei Federal n.º 9.717/98.

## **DETERMINAÇÃO N.º 3**

Promover o equilíbrio financeiro do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos, em conformidade com a Lei Federal n.º 9.717/98.

## **IMPROPRIEDADE N.º 4**

O Poder Executivo ultrapassou o limite da despesa com pessoal no 1º semestre de 2016, deixando de reduzir o percentual excedente em, no mínimo, um terço nos dois quadrimestres seguintes, em desacordo com o artigo 23 c/c artigo 66 da Lei Complementar Federal n.º 101/00;

## **DETERMINAÇÃO N.º 4**

Cumprir o disposto no artigo 23 c/c artigo 66 da Lei Complementar Federal n.º 101/00, relativamente ao limite de gastos com pessoal.

## **IMPROPRIEDADE N.º 5**

Quanto ao encaminhamento das informações sobre os gastos com **educação e saúde**, para fins de limite constitucional, utilizando como recurso a fonte “ordinários”.

## **DETERMINAÇÃO N.º 5**

Para que sejam utilizados, nos gastos com **educação e saúde**, para fins de limite constitucional, apenas fonte de recursos de impostos e transferências de impostos, de modo a atender plenamente ao estabelecido no artigo 212 da

Constituição Federal, bem como no artigo 7º da Lei Complementar Federal n.º 141/12.

#### **IMPROPRIEDADE N.º 6**

O valor do *deficit* financeiro para o exercício de 2017 apurado na presente prestação de contas (R\$178.232,11) é superior ao registrado pelo município no balancete do Fundeb (R\$74.642,50), resultando numa diferença de R\$103.589,61.

#### **DETERMINAÇÕES N.º 6**

Observar a correta movimentação dos recursos do Fundeb, com vistas ao cumprimento do artigo 21 da Lei 11.494/07 c/c o artigo 85 da Lei n.º 4.320/64.

O *deficit* financeiro apurado para o exercício de 2017 no balancete apresentado pelo município, no montante de R\$74.642,50, deve ser ressarcido à conta do Fundo para se resgatar o necessário equilíbrio financeiro da conta, em atendimento aos preceitos da Lei n.º 11.494/07, especialmente do seu artigo 21.

#### **IMPROPRIEDADE N.º 7**

Detectamos a divergência no valor de R\$337.363,00, entre as disponibilidades financeiras registradas pela contabilidade (R\$3.094.578,75) e as evidenciadas no Sigfis/Deliberação TCE-RJ n.º 248/08 (R\$2.757.215,75).

#### **DETERMINAÇÃO N.º 7**

Observar o registro de todas as disponibilidades financeiras no Sigfis, em atendimento à Deliberação TCE-RJ n.º 248/08.

#### **IMPROPRIEDADE N.º 8**

Detectamos a divergência no valor de R\$183.537,59 entre os encargos e despesas compromissadas a pagar registrados pela contabilidade

(R\$3.423.224,02) e as evidenciadas no Sigfis/Deliberação TCE-RJ n.º 248/08 (R\$3.239.686,43).

### **DETERMINAÇÃO N.º 8**

Observar o registro de todos os encargos e despesas compromissadas a pagar no Sigfis, em atendimento à Deliberação TCE-RJ n.º 248/08.

### **IMPROPRIEDADE N.º 9 (IMPROPRIEDADE Nº 8 – MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL)**

Existência de sistema de tributação deficiente, que prejudica a efetiva arrecadação dos tributos instituídos pelo município, contrariando a norma do art. 11 da LRF.

### **DETERMINAÇÃO N.º 9**

Adotar providências para estruturar o sistema de tributação do município, visando à eficiência e eficácia na cobrança, fiscalização, arrecadação e controle dos tributos instituídos pelo município, em atendimento ao art. 11 da LRF.

## **RECOMENDAÇÕES**

### **RECOMENDAÇÃO N.º 1**

Para que o município atente para a necessidade de estabelecer procedimentos de planejamento, acompanhamento e controle de desempenho da educação na rede pública de ensino, aprimorando a referida política pública, para que sejam alcançadas as metas do IDEB.

### **RECOMENDAÇÃO N.º 2**

Para que o município atente para a necessidade do uso consciente e responsável dos recursos dos *royalties*, priorizando a alocação dessas receitas na aplicação de programas e ações voltadas para o desenvolvimento

sustentável da economia local, bem como, busque alternativas para atrair novos investimentos de forma a compensar as possíveis perdas de recursos futuros.

**II – COMUNICAÇÃO**, com fulcro no § 1º do artigo 6º da Deliberação TCE-RJ n.º 204/96, ao **atual responsável pelo controle interno da Prefeitura Municipal de Cantagalo**, para que tome ciência da decisão deste Tribunal e atue de forma a cumprir adequadamente a sua função de apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional, prevista no artigo 74 da CF/88, no artigo 77 da Lei Federal nº 4.320/64 e no art. 59 da LRF, pronunciando-se, nas próximas contas de governo, de forma conclusiva quanto aos fatos de ordem orçamentária, financeira, patrimonial e operacional que tenham contribuído para os resultados apurados, de modo a subsidiar a análise das contas por este Tribunal, apontando ainda quais foram as medidas adotadas no âmbito do controle interno, no sentido de alertar a administração municipal quanto às providências a serem implementadas.

**III – COMUNICAÇÃO**, com fulcro no § 1º do artigo 6º da Deliberação TCE-RJ n.º 204/96, ao **Sr. Joaquim Augusto Carvalho de Paula**, atual Prefeito Municipal de Cantagalo, para que seja alertado:

– quanto ao *deficit* financeiro de R\$904.982,15 apresentado nestas contas, para que implemente medidas visando ao equilíbrio financeiro até o último ano de seu mandato, pois este Tribunal poderá pronunciar-se pela emissão de parecer prévio contrário à aprovação de suas contas no caso do não cumprimento do § 1º do artigo 1º da Lei Complementar Federal n.º 101/00.

– quanto à metodologia de verificação do cumprimento do limite mínimo constitucional relativo à aplicação de recursos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, a ser utilizada na Prestação de Contas de Governo (Administração Financeira) a partir do exercício de 2019, encaminhada a esta Corte no exercício de 2020, a qual passará a considerar

na base de cálculo as despesas liquidadas e os Restos a Pagar Não-Processados (despesas não liquidadas) até o limite das disponibilidades de caixa relativas a impostos e transferências de impostos, acrescida do valor referente à efetiva aplicação dos recursos do Fundeb, nos moldes especificados no Manual dos Demonstrativos Fiscais editados pela STN e operacionalizado pelo SIOPE, conforme exposto no item VI.4.1 do presente relatório.

– quanto à alteração da metodologia para a análise do cumprimento do limite mínimo constitucional de aplicação de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, a ser utilizada a partir da Prestação de Contas de Governo Municipal referente ao exercício de 2018, encaminhada a esta Corte no exercício de 2019, a qual deixará de considerar em seu cômputo as despesas com pagamento de proventos aos inativos;

- que a partir da análise das contas referente ao exercício financeiro de 2018, encaminhadas em 2019, esta Corte de Contas não mais computará as despesas com ações e serviços de saúde que não tenham sido movimentadas pelo fundo de saúde, para efeito de apuração do limite mínimo estabelecido pela Constituição Federal, nos estritos termos da Lei Complementar n.º 141/12.

- para providenciar o ressarcimento, no valor de R\$74.642,50, à conta do Fundeb, a fim de se resgatar o equilíbrio financeiro da conta, em atendimento aos preceitos da Lei n.º 11.494/07, especialmente do seu artigo 21.

**IV – EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO** ao Ministério Público, para ciência da decisão proferida no presente processo, acompanhado de cópia digitalizada desta prestação de contas de governo.

**CGM, 23/08/2017**

**BRUNO BION DIAS**  
Assistente  
Matrícula 02/004304

**Senhor Subsecretário-Adjunto da SSR,**

De acordo com a informação precedente, sugiro a emissão de **PARECER PRÉVIO CONTRÁRIO** à aprovação das Contas de Governo do Município de **CANTAGALO**, referentes ao **EXERCÍCIO DE 2016**, de responsabilidade do Excelentíssimo Prefeito, **Sr. SAULO DOMINGUES GOUVEA**.

**CGM, 23/08/2017**

**JULIO CESAR DOS SANTOS MARTINS**  
Coordenador-Geral  
Matrícula 02/003536

**Senhor Secretário-Geral de Controle Externo,**

Concordando com o inteiro teor do relatório apresentado pela *Coordenadoria de Contas de Governo dos Municípios – CGM*, submeto à sua consideração a sugestão de **PARECER PRÉVIO CONTRÁRIO** à aprovação das Contas de Governo do Município de **CANTAGALO**, referentes ao **EXERCÍCIO DE 2016**, de responsabilidade do Excelentíssimo Prefeito, **Sr. SAULO DOMINGUES GOUVEA**.

**SSR, 23/08/2017**

**MARCELO LIMA DE CASTRO**  
Subsecretário-Adjunto  
Matrícula 02/003651

---

**DE ACORDO**, com a manifestação da ***Subsecretaria de Auditoria e Controle da Gestão e da Receita – SSR***.

**AO GAP**, em prosseguimento, nos termos previstos no artigo 2º, do Ato Normativo nº 121, de 24/01/2011.

**SGE, 23/08/2017**

**SERGIO RICARDO DO SACRAMENTO**  
**Secretário-Geral**  
**Matrícula 02/003420**